



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 22 horas e 15 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: **Gustavo de Oliveira Andrade** (orientador), **João Paulo Munck** (membro), **André Profiro Nunes** (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE PÚBLICA**” da estudante **Kamilla Fernanda Ananias Santos**, Matrícula nº **2019105221350639** do Curso de **Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância**. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TCC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Gustavo de Oliveira Andrade
Orientador/Presidente da Banca

João Paulo Munck
Membro

André Profiro Nunes
Membro

Kamilla Fernanda Ananias Santos
Acadêmico



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)
Dissertação (mestrado)
Monografia (especialização)
TCC (graduação) **(X)**

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: ¹ Kamilla Fernanda Ananias Santos

² Gustavo de Oliveira Andrade

Artigo científico
Capítulo de livro
Livro
Trabalho apresentado em evento

Matrícula: 2019105221350639

Título do trabalho: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE PÚBLICA

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 09 / 11 /2022.

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

¹ Graduanda do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia (ept) na Modalidade a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano Campus Iporá. kamilla.fernanda@estudante.ifgoiano.edu.br

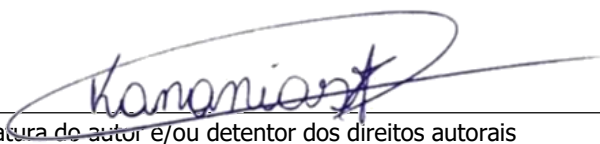
² Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Mestrado profissional em Ensino das Ciências e atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Andrade.goliveira@gmail.com.

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.


09 /11 /2022

Caipônia- Goiás



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM



Assinatura do (a) orientador (a)

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE PÚBLICA

Kamilla Fernanda Ananias Santos¹

Gustavo de Oliveira Andrade²

RESUMO

Este trabalho visa conceituar o que é a baixa visão, sua origem fisiológica e as barreiras encontradas pelos professores para atender as necessidades educacionais especiais desses alunos na classe regular, no ensino regular, sendo orientado por pesquisas bibliográficas realizadas por estudiosos do assunto em questão. Vale ressaltar, que devido a pandemia que vem sendo enfrentada desde 2019, grande parte dos dados relatados neste documento têm referencial puramente teórico. À vista disso, o presente artigo apresenta seu desenvolvimento de natureza qualitativa. Para tal, foram realizadas revisões bibliográficas sobre temas relevantes, que envolvem a educação inclusiva no contexto histórico e nos dias atuais, contextualizando uma breve trajetória da legislação brasileira. O tema Deficiência Visual, seus conceitos e causas, e também sobre a importância de uma escola dispor de professores preparados para atender alunos com necessidades especiais será exposto, bem como o uso de tecnologias assistivas em sala de aula. A partir dos resultados obtidos é possível tomar ciência do quão importante é a participação dos professores na inclusão do aluno com deficiência na rede básica de ensino, visto que, por mais que existam legislações que assegurem direitos aos alunos com deficiência nas escolas, ainda existem barreiras a ser transpostas.

Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão; Acuidade visual.

ABSTRACT

This work aims to conceptualize what low vision is, its physiological origin and the barriers, encountered by teachers to meet the special educational needs of these students in the regular classroom, in regular education, being guided by bibliographic research carried out by scholars of the subject in question. It is worth mentioning that due to the pandemic that has been faced since 2019, much of the data reported in this document has a purely theoretical reference, in view of this, the present article presents its development of a qualitative nature. To this end, bibliographic reviews were carried out on relevant topics, which involve inclusive education in the historical context and in the present day, contextualizing a brief trajectory of Brazilian legislation. The theme Visual Impairment, its concepts and causes, as well as the importance of a school having teachers prepared to serve students with special needs will be exposed, as well as the use of assistive technologies in the classroom. From the results obtained, it is possible to become aware of how important the participation of teachers is in the inclusion of students with disabilities in the basic education network, since, even though there are laws that guarantee rights to students with disabilities in schools, there are still barriers to be transposed.

Keywords: Visual Impairment; Inclusion; Visual acuity.

1 Graduanda do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia (ept) na Modalidade a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano Campus Iporá. kamila.fernanda@estudante.ifgoiano.edu.br

2 Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Mestrado profissional em Ensino das Ciências e atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Andrade.goliveira@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Frente a um cenário ainda em estágio pandêmico, onde outrora predominava o isolamento social, as escolas deixaram de funcionar presencialmente e passaram a instruir virtualmente. Nesse cenário muitos pais se viram diante de um imenso desafio, o de ensinar.

As escolas e o corpo docente são preparados para receber e adaptar todos os alunos que chegam àquele centro de ensino. Políticas públicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), em seu artigo 62, inciso 1º garante que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 1996, p. 26). O inciso foi incluído pela Lei nº 12.056, de 2009.

Diante dessa temática, torna-se necessário afirmar que o governo efetiva, além de garantir, o espaço, e a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Nesse papel da inclusão, a escola torna-se referência, por ser preceptora de opinião para os “pequenos aprendizes, principalmente nos anos iniciais.

Na tipologia da palavra, o verbo ‘incluir’, encontrado no dicionário, significa ‘inserir-se’, ‘juntar-se’, ‘introduzir-se’, e segundo Rosa, Valverde e Soares (2021, p. 13), integrar é “colocar algo ou alguém dentro de um espaço”. Logo, a inclusão educacional na rede pública deve ser exposta, discutida e debatida, uma vez que há a necessidade de conseguir maior atenção política em estruturas de diversas ordens e capacitação de profissionais. Viegas (2009) sugere que essas conquistas que envolvem maior atenção acerca do assunto, poderão viabilizar de forma mais eficiente, o aperfeiçoamento da qualidade do ensino para esses discentes que possuem deficiência. Estas, incluem mudanças na infraestrutura, recursos humanos e recebimento de verbas nas unidades educacionais de ensino.

Ressalta-se que a inclusão abrange várias tipologias, buscando inserir de modo mais eficaz na sociedade pessoas com deficiência, pessoas trans, indígenas, população negra, dentre outros, não se limitando somente àqueles indivíduos que possuem qualquer impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial, de longo prazo.

A ideia principal da inclusão é garantir que todos os residentes membros daquela comunidade sejam cidadãos de direito em um Estado democrático, sem distinção,

enriquecendo-a com novas aprendizagens e modernizando os sistemas anteriores de educação segregadora (CORREIA, 2014). Na prática, a Declaração de Salamanca assegura “o acesso de crianças e jovens com necessidades especiais às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...]” (UNESCO, 1994, p. 1), pois os locais de ensino são justamente aqueles que estabelecem os ambientes mais apropriados para “combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva” (UNESCO, 1994, p. 1), concluindo, dessa forma, a meta de alcançar a educação para todos. Desde então, a educação especial vem sendo uma facilitadora para o ingresso dos alunos portadores de deficiências nas escolas da rede pública.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é o de tornar a deficiência visual mais acessível, visando o esclarecimento da mesma, os obstáculos enfrentados na rede de ensino e as formas de como estimular o campo visual na escola, através de projetos educacionais que possam ir além da aplicação de leis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão

As narrativas sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais têm mudado ao longo dos tempos em virtude das transformações sociais, políticas e econômicas (FARIAS; SANTOS; SILVA; 2009). Dessa forma, a inclusão define-se como um movimento social, político e educacional que ocupa um lugar significativo nos debates políticos e sociais há décadas. Ela possibilita às pessoas que são discriminadas pela raça, cor, etnia, classe social ou deficiência a ocuparem, por direito, seu devido lugar na sociedade. Trata-se de uma forma de introduzir as pessoas com alguma singularidade na comunidade da qual fazem parte, a fim de conquistar o respeito, a empatia e a admiração que merecem naquilo que os diferenciam dos outros.

Segundo Freire (2008), no âmbito educacional, a inclusão garante que todos os alunos desenvolvam e aprimorem suas habilidades, bem como tomem posse dos seus direitos para exercer a cidadania, através da educação de qualidade a que eles têm direito.

2.2 Contexto histórico da inclusão

Historicamente, a deficiência não era tida como uma condição humana, mas como uma personificação do mal. Na época da inquisição, dentre os séculos XII e XVIII, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram amaldiçoadas, consideradas castigo para as famílias. Com o decorrer dos séculos e avanços alcançados pela medicina, essa condição pessoal foi sendo conceituada, reconstruída e notou-se que era algo suscetível a ocorrer.

A Constituição Federal de 1824, garantia em seu conteúdo, o direito à educação para pessoas portadoras de deficiência. Porém, somente em 1854, a inclusão passou a ser vista por outro ângulo. Nesse ano, foi fundada no Rio de Janeiro, pelo então Imperador D. Pedro II, a fundação do Imperial Instituto de Meninos Cegos. A partir da criação do instituto, as pessoas com deficiência passaram a ser afastadas de suas famílias para estudarem em instituições e escolas especiais criadas especialmente para a formação dos discentes.

No ano de 1930, após duras críticas dos educadores e profissionais ligados à área da educação, a deficiência passou a ser vista como uma condição do ser humano, que não interferia no processo de ensino aprendizagem, mas apenas deveria ser tratada com uma abordagem diferente para adaptar a necessidade do estudante, facilitando a inclusão dessas pessoas na sociedade (DUPIN; SILVA; 2020). A partir de então, os alunos que possuíam deficiência passaram a estudar na mesma sala que os colegas da sua faixa etária e não mais em salas separadas, como era até então.

Diante desse contexto, coube ao governo instituir medidas que facilitassem e efetivassem o acesso de crianças e jovens com necessidade especiais na sociedade. Em meados da década de 50 surgiram algumas mudanças sutis a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU, 1948, p. 14), onde, em seu artigo 26, reconhece que “todo ser humano tem direito à instrução”. Mediante essa afirmativa, timidamente emergiram ensinamentos especializados no Brasil, com classes formadas exclusivamente por alunos com deficiência, “era um bom avanço, todavia, sensibilizava apenas uma minoria” (PICCOLI, 2010, p. 37), afirmou o autor com relação ao surgimento das escolas especializadas.

A Constituição Federal de 1988 simboliza um outro passo para a conquista da educação inclusiva, nos dias atuais. Em seu artigo 208, inciso III, vem descrito que cabe ao Estado "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Desde então alguns encontros políticos foram realizados e muitas leis criadas a fim de garantir esses direitos, como pode-se verificar na Declaração de Salamanca, firmada em 1994:

Nós, [...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

A assembleia que aconteceu na cidade de Salamanca - Espanha em 1994, acordou questões para validar a Educação para todos. Na ocasião, 88 governos e 25 organizações internacionais reafirmaram um compromisso com a Educação para todos e criaram o mais completo texto relativo à inclusão educacional, logo após, influenciado por esse novo acordo e mentalidade, o Brasil passou a contar oficialmente, em sala de aula comum, com a pedagogia inclusiva, para os alunos com deficiência (PICCOLI, 2010). Todavia, o documento é considerado inovador por ser norteador de práticas inclusivas, visto que fortalece que todas as crianças são únicas, possuem habilidades, interesses, características e necessidades de aprendizagem diferentes umas das outras, que carecem de ser respeitadas.

2.3 A inclusão nos dias atuais

Atualmente, o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que compreendem as telenovelas, comerciais, softwares, mídias digitais, tem sido um alento para a educação inclusiva, em especial as modalidades de Tecnologias Assistidas (TAs). Essas tecnologias têm o propósito de minimizar as dificuldades e facilitar a vida dos alunos que possuem deficiência. Dentre as TAs mais utilizadas pelos alunos com DV (deficiência visual) estão um editor desenvolvido pelo núcleo de computação da UFRJ, que realiza a comunicação com o indivíduo através de síntese de voz em português; um editor de textos; uma calculadora; um facilitador para navegar na internet, dentre outros recursos (SGANZERLA; GELLER, 2013).

A chamada geração Z, composta pelos nascidos a partir do ano 2000, já nasce conectada e usa dos recursos digitais para se expressar, podendo apresentar certa dificuldade de separar os dois mundos, o virtual e o real. Tendo isso em mãos, expõe-se os aplicativos mais utilizados na atualidade, Tik Tok e Instagram, onde os usuários se manifestam como eles realmente são, mostrando suas vivências, facilidades, dificuldades, gostos, de forma a se aproximarem das pessoas que os seguem. E é através dessa facilidade midiática que muitas pessoas refletem sobre como os indivíduos com necessidades especiais podem exercer ativamente seus direitos como cidadãos, significando uma empatia massificada (FARIAS; SANTOS; SILVA; 2009)

Entretanto, ainda podem ser encontradas barreiras na educação inclusiva para que a educação para todos torne-se um ensino realmente de qualidade. De modo geral, o verbo ‘incluir’ não se destina somente ao espaço físico, também engloba a maneira como a criança é recebida no espaço escolar e principalmente como ela é envolvida no processo ensino-aprendizagem. Nesse contexto, acredita-se que um dos principais desafios a ser transposto seria o preconceito, que ainda é presente em muitas casas e instituições.

As pessoas com deficiência relatam que o maior desafio é o sentimento de rejeição diante das limitações deles (PICCOLI, 2010, p.26). A rejeição muitas vezes vem implícita, o que torna tudo mais difícil para a pessoa com deficiência. A mesma autora (PICCOLI, 2010) aponta que os documentos legais vigentes no Brasil e em alguns outros países da América transmitem que o convívio de alunos que possuem deficiência com outros discentes poderá auxiliar na inclusão de maneira mais objetiva, uma vez que a inclusão pode se configurar como um processo à longo prazo, necessitando de variados auxílios dos órgãos públicos e competentes. Para introduzir um aluno especial com eficácia em uma turma regular existe a urgência de serem criados meios que possibilitem integração educacional, social e emocional desse discente com seus colegas e professores a fim de adquirir cultura e conhecimento. (CARVALHO, 2004).

2.4 Conhecendo a deficiência visual

É de suma importância conhecer a pessoa, saber sua origem, idade e o motivo da sua perda visual, para entender melhor a maneira como essa deficiência é vivenciada por ela. Em seus estudos, Oliveira (2008, p. 7), aponta que “70% a 80% da população que

apresenta deficiência visual carrega consigo alguma visão útil, e que a não utilização desse resíduo visual otimiza a escassez da eficiência visual”. De fato, a deficiência visual é subdividida em duas categorias: a cegueira e a baixa visão, que podem ser congênitas, que acompanham o indivíduo desde o nascimento, ou podem ser adquiridas.

Bruno (2009, p. 37), transcreve o significado de baixa visão do ponto de vista oftalmológico, onde a “acuidade visual inferior a 20/70 é considerada baixa visão”, ainda assim, em outras palavras, o termo acuidade visual é usado para se referir a resolução visual, ou à quanto o indivíduo é capaz de perceber os estímulos. Bicas define a acuidade visual como:

“A função (visual) que exprime a capacidade discriminativa de formas; ou como o método com que se mede o reconhecimento da separação angular entre dois pontos no espaço (isto é, distância entre eles, relacionada ao primeiro ponto nodal do olho); ou da resolução (visual) de suas respectivas imagens sobre a retina, relacionadas ao segundo ponto nodal do olho” (BICAS, 2002, pg. 376).

Somente com esse resultado (baixa visão ou cegueira) posto no laudo médico é que a criança tem direito a um professor de apoio para ser acompanhada durante todas as aulas na rede pública. Caso o aluno não possua o laudo, cabe ao professor regente buscar meios para envolver e desenvolver o aluno que possui baixa visão. Os métodos mais utilizados pelos professores contemplam o uso de lupas, óculos, cartazes com letras maiores, lunetas especiais, o uso de cores e contrastes no quadro, técnicas que visam garantir uma melhor acessibilidade dos alunos ao material de estudo.

Do ponto de vista clínico, a baixa visão é diagnosticada quando a pessoa apresenta desde sensibilidade à luz até um grau de comprometimento visual em que a visão seja considerada um fator limitante para o seu desenvolvimento (ROMAGNOLLI, 2008). A aprendizagem, nessa situação, se dá através de meios visuais, se possível com o uso de recursos especiais: o uso de lentes, lupas de bolso, óculos, telescópios, papel com margem fortemente marcada, caneta esferográfica preta, dentre outros.

No caso da cegueira o indivíduo não apresenta essa sensibilidade à luz, uma vez que o mesmo é diagnosticado com ausência de visão. Nesse caso, a aprendizagem se dá através da leitura e escrita do método universal Braille, sendo incentivado a realizar as tarefas diárias fazendo uso do resíduo visual (GIL, 2000).

A escola e os professores tendem a procurar metodologias alternativas para trabalhar de maneira eficaz com os alunos que apresentam deficiência visual. O Braille,

por exemplo, é o método internacional de escrita e leitura indicado para trabalhar com pessoas que apresentam cegueira. Para os estudantes com baixa visão, há outras alternativas para explorar a visão potencial do aluno. Deste modo é aconselhável medir o grau de luminosidade perceptível, e imprimir letras em tamanhos variados para saber o quanto aquele aluno consegue ver, e então, através desses resultados, buscar as melhores maneiras de educar.

Nesse sentido, torna-se importante salientar sobre o método universal de leitura e escrita destinado aos deficientes visuais, o método Braille. O sistema de Braille foi idealizado por Louis Braille, um menino com cegueira total adquirida aos 5 anos de idade, em 1825, e estruturado em 1837. O sistema consiste em um processo de leitura e escrita com 63 símbolos em alto relevo, combinados em duas colunas de até três pontos cada, resultando em um total de até seis pontos dispostos, configurando um retângulo. Foi trazido para o Brasil em 1854, por José Alvarez de Azevedo, para o então Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado por D. Pedro II. O instituto foi idealizado com missão a de formar e profissionalizar as pessoas com deficiência visual, por conseguinte, o Brasil se tornou o primeiro país da América Latina a contar com este sistema de leitura.

Observa-se no Brasil, somente a partir de 1970, uma preocupação dos especialistas com a visão subnormal. Até então, as pessoas que possuíam o campo de visão reduzido eram classificadas como portadores de visão subnormal, um termo que aumentava o preconceito, somente pela pronúncia da palavra. Até esse período, a avaliação dos deficientes visuais era medida pela acuidade visual feita pelos médicos oftalmologistas. Entretanto, notou-se que as crianças consideradas “cegas” liam o Braille com os olhos, o que incentivou especialistas a reformularem o diagnóstico de deficiência visual, levando em conta o resíduo visual.

A baixa visão passa então a ganhar maior visibilidade pelos oftalmologistas e educadores, que têm papel primordial na identificação de qualquer tipo de deficiência visual. Logo após, a redução na percepção visual foi conceituada pelo *International Council for Education of People with Visual Impairment* (1992) como uma variante da capacidade funcional da visão, originária de inúmeros fatores isolados ou acompanhados. Tais fatores seriam: baixa acuidade visual significativa, limitação expressiva do campo visual, alteração da sensibilidade aos contrastes, adaptação visual e função viso motora e perceptiva (BRUNO, 1997).

2.5 O que é deficiência visual?

A cartilha do MEC organizada por Gil (2000, p. 8) afirma que a deficiência visual pode ser adquirida ou congênita. Explicitando, é congênita quando acompanha o indivíduo desde o nascimento, ou seja, o mesmo nasce sem a capacidade visual, logo não consegue ter memória visual, nem possuir lembranças visuais, uma vez que nunca viu o mundo exterior (GIL, 2000, p. 8). A catarata, a Retinopatia de prematuridade e o Glaucoma são exemplos de “falhas” oculares congênitas. A baixa visão ou cegueira adquirida é quando o indivíduo, ao longo da vida, vai perdendo o sentido da visão. Nesses casos em que a pessoa nasce com a percepção da visão e o perde em algum momento da vida, guarda memórias e lembranças visuais do período em que podia ver tudo com clareza. Além da falta de visão, a cegueira adquirida desencadeia outras perdas: emocional, da atividade profissional, das habilidades básicas e da personalidade de uma maneira geral (GIL, 2000, p. 9).

O que caracteriza uma pessoa cega ou que possui baixa visão é o quanto ela consegue enxergar, baseado naquelas tabelas fixadas em consultórios de médicos Oftalmologistas, em outras palavras, o quanto de acuidade visual ela possui. Para exemplificar, será apresentada a tabela de Snellen em dois formatos diferentes. A Figura 1 representa a tabela mundialmente conhecida que estampa os consultórios oftalmológicos.

Figura 1: Tabela de Snellen

E	1	20/200
F P	2	20/100
T O Z	3	20/70
L P E D	4	20/50
P E C F D	5	20/40
E D F C Z P	6	20/30
F E L O P Z D	7	20/25
D E F P O T E C	8	20/20
L E F O D P C T	9	
F P P L T C E O	10	
P E E L L O F T T	11	

Fonte: Síndrome de Usher Brasil, 2016.

Hermann Snellen foi o médico oftalmologista que, em 1862, publicou a famosa tabela de optótipo, com o auxílio de Donders, e introduziu logo em sequência nos consultórios, para o estudo da Acuidade Visual.

Donders, em 1861, inventou o termo “acuidade visual” (AV) para descrever a qualidade da visão humana. Sua tabela foi a primeira cientificamente embasada e ficou conhecida como o “E” de Donders. Em 1862, o oftalmologista holandês Herman Snellen, com a ajuda de Donders, publicou sua tabela baseada e definida em optotipos. Snellen definiu a “visão padrão” [...] (ZAPPAROLI; KLEIN; MOREIRA, 2009, p. 2).

Salienta-se, que após revisões de literatura, foi possível diagnosticar que a avaliação oftalmológica sofreu algumas alterações, que contribuíram positivamente, para que hoje, “os alunos com problema visual possam ser diagnosticados e atendidos via recursos ópticos e não ópticos”. (POLINA, 2013, pg. 5).

Significando o termo baixa visão, Marilda (2009, p. 37) diz que “esse se caracteriza pela acuidade visual inferior a 20/70 em relação à percepção luminosa e campo visual inferior a 10 graus do seu ponto de fixação”. Além de ser diagnosticado obrigatoriamente por um exame oftalmológico, a criança que possui baixa visão deve possuir um laudo médico atestando sua situação ao estado, para que tenha acompanhamento de um professor de apoio durante as aulas, a fim de estimulá-lo a enfrentar e superar as dificuldades do ambiente escolar.

A acuidade 20/200 é representada pela maior letra, ou 0,1 em decimais, representando 10% da visão. O primeiro número, que vem anterior a barra, representa a distância, medida pela unidade decimal pés, que o paciente deve ficar do quadro para que consiga ler, e o número após a barra representa a fileira que o paciente consegue enxergar ao ser posto nessa distância, usando termos matemáticos, ao realizar a conversão de dados, 20 pés seriam 6 metros. Alguém com a visão 20/20 possui 100% da capacidade de percepção visual, uma vez que estando a cerca de seis metros do quadro, o indivíduo enxerga normalmente a fileira de número 8.

Seguindo esse raciocínio, as pessoas que possuem alguma deficiência visual apresentam o segundo número maior que 20. Uma pessoa 20/40, por exemplo, possui, conforme figura 2, 84,5% de acuidade visual, e consegue enxergar à uma distância de 6 metros, o que uma pessoa com visão normal enxergaria a 12 metros.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011, p. 11), a deficiência visual leve é medida quando a percepção é maior ou igual a 20/70. É considerada moderada quando a acuidade é maior que 20/70 e menor que 20/200, e é diagnosticada grave quando essa acuidade é maior que 20/200 e menor que 20/400. Já a Cegueira é caracterizada pela percepção visual maior que 20/400 e menor que 20/1200. Na sequência será apresentada a Figura 2, que se trata da tabela de Snellen em um outro formato, disposta de forma decimal, para que o leitor possa compreender melhor tudo o que foi disposto no texto acima.

Figura 2: Tabela de Snellen

SNELLEN	DECIMAL	% DE VISÃO
20/20	1,0	100
20/22	0,9	98,0
20/25	0,8	95
20/29	0,7	92,5
20/33	0,6	88,5
20/40	0,5	84,5
20/50	0,4	76,5
20/67	0,3	67,5
20/100	0,2	49,0
20/200	0,1	10,0
20/400	0,05	10,0

Fonte: Síndrome de Usher Brasil, 2016.

Também conhecida por tabela de optótipo de Snellen ou escala optométrica, a tabela de Snellen sintetiza uma homenagem ao seu criador. Este teste, criado no século passado, ainda é o mais utilizado em consultórios oftalmológicos através do gráfico de letrinhas, exemplificado na Figura 1.

3 A IMPOTÊNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para boa parte das crianças, a escola é o principal espaço de desenvolvimento, visto que esse é o local onde elas trabalham seu pensamento crítico e formam seus primeiros grupos sociais. Por ser preceptora de opinião, a escola, principalmente nos anos iniciais, deve estar organizada de forma que todos os alunos possam interagir e aprender juntos, sem distinção.

Pensando na educação infantil, o professor exerce o papel fundamental de mediador, ao adotar um sistema de ensino aprendizagem que explore o máximo potencial dos alunos, respeitando os limites de cada um. Seguindo esse pressuposto Guimarães, Nunes e Leite (2014) defendem que é imprescindível ressaltar que toda criança possui características que a diferenciam das demais, tornando-as únicas, com deficiência ou não. Como exemplificação, algumas podem possuir maior dificuldade de aprendizagem, enquanto que outras aprendem com muita facilidade, mas todas exigindo certa dedicação profissional. Logo é importante que todas passem pelos mesmos processos de desenvolvimento em sala de aula.

Dessa forma, a educação especial (EE) ou educação inclusiva (EI), prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), assegura às crianças com deficiência, o direito a trocas de experiências diversas e o contato com a diversidade cultural, se optarem pela educação ofertada na rede regular de ensino:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, p. 39).

No Brasil, a formação de professores em Educação Especial iniciou-se timidamente na década de 50, quando as escolas regulares passaram a ofertar turmas

exclusivas de alunos especiais. Foi somente na década de 70 que os cursos de pedagogia passaram a ofertar licenciatura em Educação Especial. Nesse ano também foram ofertados os primeiros cursos de especialização, como alternativa para a formação dos professores em Educação Especial (EE) (MAZZOTTA, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/1996, garante que os sistemas de ensino assegurarão aos estudantes com deficiência, em seu artigo 59, inciso III: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 25). Ainda no mesmo artigo, a LDBEN (1996, pg. 19), inciso IV, assegura também “a educação especial para o trabalho visando a efetivação do aluno na vida em sociedade, oferecendo condições adequadas para aqueles que não tiverem capacidade para ingressar pelo mercado competitivo”. Com isso o governo viabiliza o espaço e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, de maneira igualitária. Por fim, não se pode ousar dizer se isso de fato ocorre na prática ou não, uma vez que a teoria nem sempre se equivale à realidade.

Trabalhar com Educação Especial exige do professor mais conhecimento sobre o assunto e maior atenção em relação à prática adotada por ele para que o mesmo consiga superar as barreiras que encontrar pelo caminho e atender com eficácia as diferentes demandas. Porém, cada caso exige uma prática pedagógica singular que deve ser adequada para obter o melhor resultado do aluno.

A LDBEN (1996, p. 9), art. 4, diz que “a educação básica é direito de todos e obrigatória a partir dos 4 anos de idade”. Diante disso, tem-se a certeza que uma criança vai passar boa parte da infância e adolescência dentro do ambiente escolar. Atualmente, na busca pela Educação Para Todos, a escola se coloca como uma comunidade inclusiva, que busca meios de ensinar e meios de aprender com os alunos, inclusive com os que possuem necessidades especiais. Uma sociedade que ensina que todo ser humano pode possuir algum tipo de limitação e que deve ser respeitado por isso, e uma comunidade que está preparada para lidar com as possíveis dificuldades que os estudantes possam ter, para que dessa maneira sejam capazes de explorar o potencial deles e desenvolvê-los.

Por essa razão a formação continuada ou a especialização em formação inclusiva é tão importante para uma escola. Poder contar com profissionais preparados para atender, em diversas situações, deixam os pais mais tranquilos, sabendo que os filhos irão aprender

e que estarão em um ambiente onde existe o respeito, afetividade e empatia. Através dessa formação, os profissionais de educação verão que não existe receita pronta, que cada aluno é único, que cada diferença exige uma atenção especial, e diante disso, adquirir mais conhecimento e trocar experiências com outros profissionais da área.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica relatada neste presente trabalho tem o intuito de buscar o entendimento mais aprofundado acerca da inserção de alunos com deficiência visual na rede pública, incluindo em sua temática, revisões de bibliografias já existentes, escritas por pesquisadores da área afim, com o intuito de agregar mais conhecimento a este documento. Conforme sugere Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é a reunião de toda a bibliografia já publicada em variadas fontes, como livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.

Vale ressaltar que o termo deficiência visual não abrange somente a baixa visão, traz conjuntamente a cegueira. Para melhor compreensão dessa temática, utilizaremos como respaldo teórico as autoras Roberta Piccoli (2010) e Marilda Bruno (2009), dentre outros que não foram citados para não haver delongas, bem como a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e a Declaração de Salamanca (1994), tendo por objetivo apontar e esclarecer a inclusão em uma sociedade.

Dessa forma, tendo o tema definido, assim como o objetivo do trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, com enfoque na análise documental, para que fosse captado em outros materiais, considerações e pontos de vistas de diferentes autores, de forma a enriquecer e contribuir com o conhecimento. “Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas” (GODOY, 1995, p. 2). Desse modo, deve ser analisado que a pesquisa qualitativa possui particularidades de natureza investigativa, na qual alguns autores a definem como uma “expressão genérica” (LARA; MOLINA; 2011, p. 4), enquanto que outros como sendo “o estudo da cultura” (SPRADLEY, 1979 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 121).

A estrutura geral está embasada em estudos bibliográficos, através de pesquisas realizadas em materiais existentes cujo tema é parecido com o aqui abordado,

fundamentada em artigos científicos, teses, revistas, livros e publicações avulsas, impressas ou digitais. Para Godoy (1995) a revisão bibliográfica é uma forma de reexaminar materiais, visando uma interpretação nova, evidenciando-se a importância dos estudos em bibliografias existentes.

Sintetiza-se também como um trabalho básico, onde o principal intuito é o de gerar e agregar conhecimento aos leitores, podendo resultar em observações não discutidas anteriormente. Dessa forma, a pesquisa básica engloba estudos que possuem o objetivo de preencher uma brecha no conhecimento, enquanto a pesquisa aplicada “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (GIL, 2010, p. 26).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em resumo, a Deficiência Visual é uma característica que pode ser congênita ou adquirida, definida por cegueira total ou baixa visão, onde o indivíduo apresenta quadros de perda significativa da visão, que não pode ser totalmente corrigida por cirurgias, tratamentos clínicos ou uso de óculos (GIL, 2000). De acordo com Bruno (1997), do ponto de vista educacional, o cidadão é considerado deficiente visual, após passar por avaliação funcional da visão, e apresentar laudos de: baixa perspicácia visual, redução significativa do campo visual - central ou periférico -, conflito na sensibilidade aos contrastes, adaptação visual, função viso-motora e perceptiva.

A sensibilidade ao contraste é conhecida por visão embaçada, e pode ser ocasionada por cataratas, lesões e opacidades vítreas, lesões e opacidades córneas, ceratocone e irregularidades no filme lacrimal (SAMPAIO e HADDAD, 2010).

A perda no campo visual central é causada pela degeneração macular relacionada à idade, coriorretinite ou retinocoroidite macular (ocasionada pela toxoplasmose), distrofias de cones, doenças de Stargardt (distrofia macular hereditária) e lesões das vias ópticas. Nesses casos, é esperada a redução na acuidade visual, na sensibilidade ao contraste, dificuldade para o reconhecimento de faces e expressões faciais e dificuldades na leitura. (SAMPAIO e HADDAD, 2010).

O comprometimento no campo visual periférico é ocasionado por glaucoma, retinose pigmentar, diabetes e doenças neurológicas. O indivíduo que apresenta esse

comprometimento visual demonstra desarmonia quanto a orientação no ambiente, dificuldade de localização de objetos, diminuição da resposta visual ao estímulo sensorial sob condições de pouca luminosidade, resultando em redução da sensibilidade ao contraste e dificuldade na visão noturna.

É esperado que seja de conhecimento generalizado, que a Educação Inclusiva e a Educação Especial caminhem juntas em um processo de mobilização, buscando a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Considerando esses pressupostos, a plataforma Diversa (2022) afirma que a educação inclusiva pode ser compreendida como uma concepção de ensino contemporânea, que tem como objetivo principal, garantir a todos o direito à educação. É um processo que vem acontecendo nas escolas com o propósito de que todos aprendam juntos. Ela presume a inclusão de oportunidades, contemplando diferenças étnicas, físicas, sensoriais, culturais, intelectuais e de gênero. Porém, para que, na rede educacional, essa inclusão ocorra, é demandada ações diretas de diferentes atores que atuam na sociedade, como se fossem uma rede. A Figura 3 demonstra como essa rede funciona.

Figura 3: dimensões para a aprendizagem



Fonte: Plataforma Diversa, 2022.

Todos os subtópicos que circundam a aprendizagem na Figura 3 têm importantes papéis na inserção dos alunos com baixa visão na sociedade, mas a família representa o papel primordial. Ela simboliza o primeiro amor, o aconchego e o local onde a criança se

sente acolhida, uma vez que “é na família que ela encontra os primeiros ‘outros’ e, por meio deles, aprende os modos humanos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a construir-se como sujeito” – SZYMANSKY (2010, p. 22). Portanto, cabe a família ensinar a criança a se relacionar, a se socializar e estabelecer os primeiros contatos de interação e convívio social.

Não há como contestar que a deficiência visual é limitadora. Ela acaba trazendo muita insegurança, principalmente para as crianças, que estão tendo seu primeiro contato com o mundo. Naturalmente, um pai cujo filho possua algum tipo de deficiência procura sempre incentivá-lo, para que o mesmo execute o máximo de tarefas com autonomia. Nesse contexto, é extremamente importante que os pais realizem intervenções que estimulem constantemente a visão das crianças e uma das formas de estímulo, recomendada por oftalmologistas, é através do uso de tampões oculares. Esses são confeccionados em materiais maleáveis, com bordas adesivas, para que possam ser fixados sobre o olho do paciente a fim de ocluir a visão. De acordo com o Centro de Oftalmologia avançado (COA) “o tampão ocular tem por objetivo obstruir a visão do olho saudável, forçando o olho afetado a enxergar corretamente” (COA, 2022).

Além disso, na escola, é importante que o corpo docente faça o uso de técnicas diferenciadas para estimular a visão dos alunos com comprometimento visual, como utilizar contrastes ao escrever no quadro, projetando palavras com letras maiores.

“Para que o aluno com baixa visão desenvolva a capacidade de enxergar, o professor deve despertar o seu interesse em utilizar a visão potencial, desenvolver a eficiência visual, estabelecer o conceito de permanência do objeto, e facilitar a exploração dirigida e organizada” (BRASIL, 2007, p. 18).

Infelizmente, nem todos os centros populacionais possuem escolas especializadas ou adaptadas para receber alunos com deficiência e cabe também a família, estabelecer uma relação próxima com o centro de ensino para juntas, atuarem no desenvolvimento da criança.

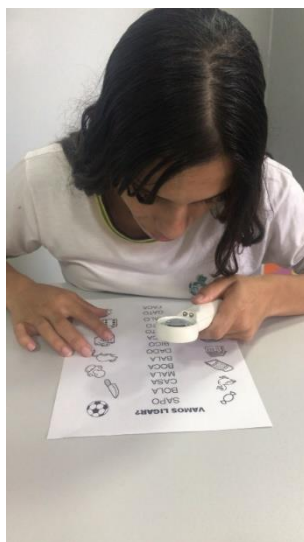
A escola, através da gestão escolar, e tomando posse de todas as práticas pedagógicas conhecidas, consegue desenvolver diversas técnicas com as crianças especiais para inseri-las de vez no cotidiano escolar. As práticas escolares priorizam as relações sociais e reforçam a socialização que os pais ensinam em casa. A escola consegue associar os conhecimentos formais com os conhecimentos cotidianos, contribuindo com o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, principalmente das que possuem alguma necessidade especial.

É importante que os professores adquiram habilidades para realizarem a sua função social como educadores e para trabalharem com o intuito de contribuir com abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas, pois, de acordo com Celso Antunes (2002) “cabe ao professor ver na ignorância o desafio a superar” (VICTORIO, 2001, p. 59).

No caso das crianças com baixa visão ou deficiência visual podem ser trabalhados diferentes métodos de ensino em sala de aula, onde os professores conseguem adaptar o conteúdo para o aluno especial. Para isso apontam-se algumas maneiras lúdicas de conquistar a atenção da criança, aliando o brincar ao aprender que podem auxiliar os professores a conduzir o ensino para esses alunos.

- 1- “Caça ao tesouro”: Propõe-se a realização da atividade com o auxílio do uso de lentes de bolso para incentivar o conhecimento das palavras e em seguida sua leitura e grafia. O estímulo com lentes de aumento é usado para exercitar o fundo residual, e nessa atividade, a proposta consiste em ligar o desenho à sua descrição.

Figura 4: uso de lupa de bolso

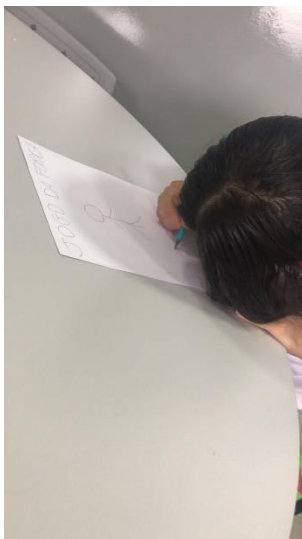


Fonte: acervo da autora.

- 2- “Forca”: Propõe-se a escrita de palavras com letras de forma, em tamanhos maiores, e sempre com contraste, pois ajudam o aluno a enxergar e com mais qualidade. O preto sobre o branco ou o amarelo sobre o preto causam mais conforto visual. A ideia

principal da força é formar palavras e familiarizar o aluno com as grafias. Pode ser feita em papel A4 também, sempre com supervisão do professor.

Figura 5: Jogo da força



Fonte: acervo da autora.

3- “O mestre mandou”: Ainda com o intuito de verificar o campo visual da criança, o professor pode pedir para que o mesmo imite seus gestos e vez ou outra vai se distanciando mais para saber até quanto aquele aluno enxerga. Podem ser feitas mímicas ou brincadeiras contendo expressões corporais e faciais para que o pequeno imite.

Figura 6: O mestre mandou



Fonte: Colégio Mater Dei 2020

4- “Alfabeto Silábico”: Consiste em utilizar letras e sílabas em contraste para que a criança forme palavras de acordo com as instruções do professor. Por exemplo: Forme palavras iniciadas com a vogal A ou com a consoante B. Após formar a palavra e essa ser validada, novas palavras podem ser montadas.

Figura 7: alfabeto silábico



Fonte: acervo da autora.

Existem também no mercado digital programas gratuitos, desenvolvidos com o intuito de facilitar a vida dos indivíduos com deficiência visual e ao mesmo tempo permitir que suas habilidades funcionais sejam ampliadas quanto ao uso de recursos computacionais, são as chamadas Tecnologias Assistivas.

O gerenciador DosVox, por exemplo, foi desenvolvido pela UFRJ em 1993 e é um dos editores mais conhecidos e utilizados hoje pelas pessoas com baixa visão, por ser de fácil compreensão e gratuito. Reformulado em 2015 juntamente com o coordenador do projeto, Prof. José Antônio Borges, “o sistema é um ambiente entre o computador e o deficiente visual. Através de seu uso é possível observar um aumento significativo no índice de independência e motivação das pessoas com deficiência visual tanto no estudo, trabalho ou interação com outras pessoas. (BORGES, 2002).

Com o intuito de auxiliar no paradigma de inclusão digital na escola, o gerenciador Dosvox conta com outras interfaces operacionais, como o Calcuvoz, uma calculadora

falante; Webvox, um programa para navegar na internet; Edivox, um editor de textos falante online que “fala em voz alta” as várias opções, entre elas a de: “‘E’ para editar um arquivo de texto!”, e o usuário cego poderia então apertar a tecla ‘E’ para acionar a opção e iniciar sua edição.” (CARDOSO; D’ASCENZI; NETO, 2009, p. 7). Dessa maneira, a única memorização necessária seria a da posição das teclas no teclado.

O tradicional método Braille é também um estímulo para que a criança aprenda a forma universal de leitura e escrita. O método consiste na leitura, através da ponta dos dedos, de conjuntos com no máximo 6 símbolos em relevo, que, ao serem dispostos em sequências diferentes, formam as letras e os números. Já a escrita requer um pouco mais de prática na leitura, podendo ser realizada em máquina de datilografia, impressoras ou Reglete e punção.

A reglete, representada pela Figura 4, configura-se como uma régua de metal, com espaçamentos adequados conforme a largura padrão das letras e já com o local indicado para os 6 pontos em cada “cela”. A escrita, na reglete, é um pouco mais complicada, pois configura-se como uma leitura espelhada, ou seja, lê-se ‘ai’ e escreve-se ‘ia’. A Figura 5 demonstra como funciona a leitura e a escrita da Reglete.

Figura 8: Reglete



Fonte: Cartilha O Sistema Braille

Figura 9: Método de escrita Reglete



Fonte: Cartilha O Sistema Braille

A localização do aluno na sala de aula e a incidência de luminosidade sobre ele também interferem no quanto ele pode enxergar. De acordo com Oliveira e Braun (2016), sentar na frente, próximo ao material que está sendo usado no momento da aula, beneficia a aprendizagem. O apoio e o suporte recebido por cada um é o que vai caracterizar seu desenvolvimento na vida escolar.

Victório (2011), realizou uma pesquisa com práticas vividas por ela, como pedagoga, na educação inclusiva. Através de relatos de experiência, ela discorre como Pedro, aluno de nome fictício, aprendeu a ler e escrever:

Eu me questionava como poderia ajudar o Pedro* a aprender? É possível aumentar seus conhecimentos, fazê-lo aumentar ainda mais suas capacidades? No primeiro dia escolhi uma das possibilidades de ação docente na orientação do processo de aquisição da base alfabética do sistema de escrita, dentro dos pressupostos de pressupostos construtivistas: a Sondagem da Escrita (VICTÓRIO, 2011, p. 54).

Já no primeiro dia foi constatado que Pedro*³ reconhecia e diferenciava as letras e os números, contando os pedaços sonoros e dando valor fonético as palavras (VICTÓRIO, 2011, p. 55). Diante disso foram elaboradas atividades, baseadas no conteúdo programado pela agenda da escola, voltadas para o desenvolvimento do aluno, que contava com ela como professora de apoio.

Diante do exposto, é possível afirmar que a formação continuada de professores se revela como um dos itens imprescindíveis para um diferencial na qualidade do ensino aprendizagem relacionado à inclusão. Segundo MARCHESI (2004), é complicado avançar na melhoria das escolas inclusivas se os professores, em seu conjunto, não conquistarem atribuições suficientes para ensinar a todos os alunos. O professor não precisa ser especialista em educação inclusiva, mas é interessante que ele tenha esse conhecimento, caso em algum momento da carreira ele se depare com essa situação. Além disso, torna-se instigante adquirir habilidades na área para participar do processo de reformulação curricular, para superar os desafios diários, intervir junto dos alunos e auxiliar também outros professores. De acordo com Lima:

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que não fui preparado para lidar com crianças com deficiência. (LIMA, 2002, p. 40)

³ *Nome fictício usado pela autora para relatar suas experiências profissionais.

Com ênfase em uma educação para todos, a legislação, firmada na Declaração de Salamanca, demonstra obrigatoriedade na matrícula, no acolhimento e no acesso de todas as crianças nas unidades escolares. Por esse motivo é fundamental que a escola seja uma extensão da casa do educando, oferecendo suporte, carinho, ensino, apoio, além de todo um material didático, assim como acessibilidade e equipe educacional especializada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o termo inclusão se refira a um assunto que pode ser esclarecido para uma parcela da população, ele deve ser abordado, discutido e idealizado a fim de receber as honrarias necessárias. A inclusão possibilita às pessoas que são discriminadas pela raça, cor, etnia, classe social ou deficiência a ocuparem, por direito, seu devido lugar na sociedade, incluindo o direito à educação. Entretanto, sabe-se que na prática isso nem sempre ocorre e por essa razão, a importância do estudo acerca dessa temática: encontrar as falhas no sistema com a finalidade de que sejam estudadas e melhoradas, tornando-se um possível assunto para pesquisas futuras.

A educação inclusiva requer melhorias e mudanças no processo de ensino-aprendizagem, sendo uma educação destinada a todos os alunos, para que os mesmos tenham a oportunidade de conviver e aprender juntos, garantindo o direito de todos na educação, enquanto que a educação especial é voltada puramente para os alunos com deficiência.

Professores e professoras têm um papel fundamental na formação da Escola para todos. Cabe a gestão escolar, nesse contexto, impulsionar e executar ações centradas no crescimento e desenvolvimento dos alunos com deficiência visual, através do uso de metodologias de ensino diferenciadas, ou programas de TAs, para que os alunos acompanhem o restante da turma com mais facilidade. Cabe a mesma, estimular a formação e capacitação de seus profissionais nas diferentes áreas de inclusão, com a finalidade de prepará-los para receber e formar alunos com alguma singularidade.

A partir do momento que uma criança percebe que é estimulada em casa e é também impulsionada pela escola, ela ganha força, e essa força tende a ajudá-la a superar os desafios. Portanto, oportunizar esses momentos de troca entre os familiares, educandos e educadores é uma forma de promover melhorias na vida do deficiente visual.

Entretanto, é complicado balizar essa situação, pois nem todas as crianças recebem o impulso necessário em casa e isso pode refletir na sala de aula. Por essa razão a escola precisa contar com um corpo docente preparado para receber e ensinar todas as crianças, independente da singularidade.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Sou Cego ou enxergo? As questões da Baixa Visão.** In: Educar em revista. Curitiba, PR: Edição. UFPR, n.23, 2004.p. 15-27.

AVANÇADO, Centro de Oftalmologia. **Tampão Ocular: como ele atua e porque é tão importante?** Disponível em: <https://www.coa.com.br/tampao-ocular-como-ele-atua-e-por-que-e-tao-importante/>. Acesso em: 30 set. 2022.

BICAS, Harley Edison Amaral. **Acuidade Visual- medidas e notações.** Arquivos Brasileiros de Oftalmologia. São Paulo. Ribeirão Preto, 2002.

BORGES, José Antônio. **Projeto Dosvox,** 2002. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/historico.htm>. Acesso em 03/10/2022.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** Brasília: MEC, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf>. Acesso em 30/09/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 18ª ed. rev. ampl. São Paulo, 1998.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos do Homem.** Paris, 1948

BRASIL. **Deficiência Visual.** Caderno da TV Escola. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf> . Acesso em 31 de ago. de 2021

BRASIL. **Laudo médico.** Ministério do Trabalho e Emprego, TEM. Disponível em: <http://www.crefono4.org.br/cms/files/RECOMENDA%C3%87%C3%95ES%20LAUDO%20CARACTERIZADOR%20-%202018.pdf>. Acesso em 31 de ago. de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. BRASIL

BRASIL. **Lei nº 12.056 de 13 de outubro de 2009.** Acrescenta parágrafos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2009. BRASIL.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência Visual – Reflexão sobre a Prática Pedagógica.** São Paulo. Laramara, 1997

CARDOSO, Débora Rossini; D'ASCENZI, Iúna Fricke; NETO, José Monserrat. **DOSVOX: a história de uma revolução entre cegos.** Lavras, MG. UFLA, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CORREIA, Clacy Somenzi. **O desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina**. Londrina, PR. UTFPR, 2014.

DIVERSA, Blog. **O que é Educação Inclusiva**. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

DUPIN, Aline Aparecida da Silva Quintã; SILVA, Michele Oliveira. **Educação especial e a legislação brasileira: revisão de literatura**. Scientia Vitae, v.10, n.29, p. 65-79, jul/set. 2020.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da educação, vol XVI, nº1, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em 01/09/2021.

FARIAS, Iara Rosa., SANTOS, Antônio Fernando., e SILVA, Erica Bastos. **Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolar**. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 39-48. ISBN: 978-85-232-0928-5. Available from SciELO Books. Acesso 03/09/2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Marta. (org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa- tipo fundamentais**, In Revista de Administração de empresas, v.35, n.3, Mai/Jun. 1995b, p. 20-29.

GOMES, Eliane de Fátima Apolinário. **Estudo sobre a Educação Especial na perspectiva da escola municipal na cidade de Uberlândia, Minas Gerais**. Tubarão, SC. UNISUL, 2018.

GUIMARÃES, D.; NUNES, M.F.R.; LEITE, M.I. **História, cultura e expressão: fundamentos na formação do professor**. In: KRAMER, S. et al. (Orgs.). Infância e Educação Infantil. Campinas: Papyrus, 2014.p. 159-174.

HELENE, Otaviano. **Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento**. 1. ed. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2013. p.160.

LARA, Angela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. **Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias**. Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas. Maringá: Eduem, v. 1, p. 121-172, 2011.

LIMA Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

LUNA, Telma Nunes de. **Baixa visão: Síndrome de Usher Brasil**. Disponível em: <https://www.sindromedeusherbrasil.com.br/baixa-visao>. Acesso em: 19/01/2022

MARCHESI, Álvaro. **A Prática das escolas inclusivas**. In: Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

MAZZOTTA, M. J. S. **Inclusão escolar e educação especial**. In: V Jornada Curitibana de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Curitiba, 1999.

MEC. **Declaração de Salamanca**.: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

OLIVEIRA, Ana Lúcia de. **O processo de formação de identidade do aluno com baixa visão**. Curitiba. UFP, 2008.

OLIVEIRA, Luciana de Barros; BRAUN, Patrícia. **A criança com baixa visão na escola**. Rio de Janeiro, RJ. UERJ, 2016.

OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Organização Mundial da Saúde. 2011. 334p.

PICCOLI, Roberta. **Educação Inclusiva do aluno com necessidades especiais: desafios e perspectivas para os gestores**. Constantina, RS. UFSM, 2010.

ROMAGNOLLI, Gloria Suely Eastwood. **Inclusão do aluno com baixa visão na rede pública de ensino: procedimentos dos professores**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf>. Acesso em 31 de ago. de 2021.

ROSA, Waleska Marcy; VALVERDE, Graziella Montes; SOARES, Adrienny Rubia de Oliveira. **Direito à educação das pessoas com deficiência como prática de libertação: A adequação de projetos políticos pedagógicos às espécies de profissionais de apoio**. Juiz de Fora, MG. UFJF, 2021.

SAMPAIO, Marcos Wilson; HADDAD, Maria Aparecida Onuki. **Avaliação oftalmológica da pessoa com baixa visão**. In: SAMPAIO, Marcos Wilson et al. (Orgs.). *Baixa Visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão*. Rio de Janeiro: Cultura Médica, Guanabara Koogan, 2010.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família e escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber, 2010.

TEIXEIRA, Luzimar. **Texto de apoio ao curso de Especialização Atividade Física adaptada e saúde**. São Paulo. 2010

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

VIEGAS, L.; BASSI, Marcos Edgar. **A Educação Especial no âmbito da política de fundos no financiamento da educação**. Reflexão e Ação (UNISC. Impr.), v. 17, p. 54-87, 2009. Disponível em: <http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/04/776-3021-1-PB-1.pdf>. Acesso em 31 de ago. de 2021.

VICTORIO, Larissa Goulart Farias. **Experiências de uma pedagoga na Educação Inclusiva**. Brasília, UNB, 2011.

ZAPPAROLI, Marcio; KLEIN, Fernando; MOREIRA, Hamilton. **Avaliação da acuidade visual Snellen**. Curitiba, PR. UFPR, 2009